



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

GOVERNANÇA NEOLIBERAL E POBRETOLOGIA VERDE: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO REDD+

Heloisa Brenha Ribeiro¹

GT 16: Relações internacionais e meio ambiente

RESUMO: Esta comunicação científica analisa como o REDD+ atualiza a pobretologia e os mínimos sociais no contexto da governança ambiental neoliberal. Com base em Pereira (2020), argumenta-se que o mecanismo transforma populações tradicionais em prestadoras de serviços ambientais, submetidas a contratos de carbono e condicionalidades técnicas. A partir de revisão bibliográfica e análise documental, observa-se que o REDD+ não enfrenta as causas estruturais da pobreza e do desmatamento, atuando como dispositivo tecnocrático que disciplina territórios e esvazia demandas por justiça. Conclui-se que o mecanismo reforça a despolitização e converte direitos em metas de mercado.

Palavras-chave:

REDD+; pobretologia; mínimos sociais; neoliberalismo; pagamentos por serviços ambientais.

Destaques (*highlights*):

- O REDD+ reconfigura os sujeitos dos territórios florestais como prestadores subordinados de serviços ambientais, desvalorizando suas práticas autônomas e inserindo-os em lógicas contratuais externas.
- A “pobretologia”, atualizada pelo REDD+, trata a pobreza como risco técnico a ser administrado, desvinculando-a de processos históricos de espoliação e desigualdade estrutural.
- Ancorado na lógica neoliberal de “mínimos sociais”, o REDD+ promove intervenções focalizadas e condicionais, substituindo direitos coletivos por incentivos de mercado.

¹ Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). E-mail: h272774@dac.unicamp.br.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- Nos territórios, a justiça ambiental é operacionalizada como meta de desempenho, submetida a indicadores técnicos que reproduzem a despolitização e o controle tecnocrático.

INTRODUÇÃO

Desde sua introdução oficial na COP13, em Bali, o REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) passou a ocupar papel central nas estratégias internacionais de mitigação climática, prometendo conciliar conservação florestal com desenvolvimento econômico. Trata-se de um mecanismo de mercado desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para incentivar países em desenvolvimento a reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal. O “mais” inclui atividades como a conservação de florestas, o manejo sustentável de florestas e o aumento dos estoques de carbono florestal. A formulação do REDD+ baseia-se na premissa de que é possível reduzir emissões ao evitar o desmatamento, transferindo recursos financeiros a países em desenvolvimento por meio de pagamentos por serviços ambientais (PSA). No entanto, apesar da retórica de sustentabilidade e inclusão, o REDD+ deve ser compreendido como expressão de uma racionalidade neoliberal que opera reconfigurando tanto a natureza quanto a pobreza dentro de esquemas de mercado.

A compreensão da pobreza como questão técnica e sua transformação em objeto de mensuração e gestão constituem o que Pereira (2020) denomina “pobretologia”. Segundo o autor, a partir da década de 1970, sob a presidência de McNamara, o Banco Mundial promoveu a cientifização da pobreza, dissociando-a de suas causas estruturais e integrando-a ao campo técnico do desenvolvimento por meio de indicadores, métricas e estratégias focalizadas. Fontes (2020), retomando essa análise, mostra como políticas sociais que adotam a focalização como princípio central – em oposição à universalização – operam como instrumentos de pacificação social. A pobretologia, assim, converteria direitos sociais em metas e métricas de desempenho, geridas por dispositivos tecnocráticos sob a lógica da eficiência e da escassez fiscal.

Neste cenário, o REDD+ se configura como uma renovação ecológica das racionalidades neoliberais, ao redefinir comunidades tradicionais e populações rurais não como sujeitos políticos, mas como provedoras de “serviços ecossistêmicos” (SE). Ao viabilizar a

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

comercialização do carbono florestal por meio de pagamentos diretos (PSA) ou de créditos em mercados de carbono, o mecanismo converte a natureza em ativo financeiro e as comunidades em agentes contratados, obrigados a cumprir metas previamente estabelecidas. Essa economia política da mitigação climática consolida o controle técnico sobre territórios e modos de vida, ao fundir práticas extrativas, relatórios de desempenho e circuitos de carbono numa governança internacional cada vez mais marcada pela fragmentação e assimetria de forças.

Esta investigação articula contribuições da ecologia política, da economia política e das relações internacionais para demonstrar como o REDD+ aprofunda processos de despolitização social, ao submeter territórios a formas tecnocráticas de administração da pobreza. A análise se baseia em documentos oficiais de formulação e implementação do mecanismo, assim como na literatura crítica sobre a emergência da pobretologia e a consolidação dos mínimos sociais no neoliberalismo. Sustenta-se que a articulação entre conservação ambiental, política climática e mercado promovida pelos programas e projetos REDD+ não só não emancipa as populações envolvidas como também as inscreve em uma malha regulatória excludente, estruturada por condicionalidades mercantis definidas em instâncias internacionais.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa e crítico-interpretativa, ancorada em dois eixos principais. O primeiro consistiu na revisão bibliográfica de autores que investigam as transformações nas formas de se representar e governar a pobreza, com ênfase nas contribuições de Pereira (2020), cuja análise do período em que Robert McNamara presidiu o Banco Mundial revela o surgimento de uma nova gramática do desenvolvimento centrada na cientifização da pobreza. Articulam-se também os aportes de Fontes (2020), cuja crítica aos programas de mínimos sociais evidencia os limites das políticas focalizadas e a sua função de pacificação dos conflitos sociais por meio de condicionalidades técnicas.

O segundo eixo metodológico foi composto pela análise documental de materiais vinculados à formulação e operacionalização do REDD+, especialmente no contexto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e do Acordo de Paris. Analisaram-se diretrizes técnicas, relatórios interpretativos, manuais de implementação e documentos relacionados a programas jurisdicionais de REDD+ no Brasil. Este corpus

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

documental permitiu compreender como se articulam discursos de eficiência, métricas de desempenho e mecanismos de financiamento no interior do REDD+, revelando os modos como ele se estrutura como tecnologia de governo.

A análise considerou, portanto, tanto os aspectos discursivos e normativos do REDD+ quanto suas implicações práticas sobre os sujeitos e os territórios envolvidos. Foi possível mapear como os dispositivos técnicos utilizados para mensurar carbono, avaliar resultados e remunerar práticas de conservação se acoplam a uma lógica neoliberal que administra desigualdades, ao mesmo tempo em que as reproduz. A metodologia adotada possibilitou, assim, interpretar o REDD+ não como um instrumento puramente ambiental, mas como parte de um regime mais amplo de racionalidade política e econômica que combina gestão ambiental, pacificação social e contenção territorial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O REDD+ consolida uma forma particular de governança ambiental que se ancora na reconfiguração da pobreza e da natureza em termos técnicos, mensuráveis e comercializáveis. Esse processo remonta às transformações no campo do desenvolvimento ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, quando o Banco Mundial, sob a liderança de Robert McNamara, promoveu a construção de uma linguagem técnica sobre a pobreza, separando-a de suas causas históricas e estruturais. Conforme analisa Pereira (2020), a cientifização da pobreza foi um movimento estratégico que permitiu sua administração por meio de indicadores, análises de custo-benefício e metas programáticas, esvaziando seu potencial de denúncia e mobilização política.

Esse processo inaugurou o que Fontes (2020) denomina como a era dos mínimos sociais, caracterizada por políticas focalizadas e condicionadas que oferecem uma resposta mínima e tecnocrática à desigualdade, baseada na eficácia fiscal e no desempenho mensurado. Tais políticas não apenas despolitizam as demandas por justiça social, como também incorporam mecanismos de controle que individualizam a pobreza, ao responsabilizar os sujeitos por sua superação dentro de parâmetros definidos externamente.

É nesse contexto que o REDD+ opera como atualização ecológica dessa racionalidade. Com base na valoração dos serviços ecossistêmicos proposta pelo Millennium Ecosystem

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Assessment (2005) e na mercantilização ambiental discutida por Gómez-Baggethun *et al.* (2010), o mecanismo promove a financeirização do carbono estocado nas florestas. A natureza, antes vista como bem comum, passa a ser convertida em ativo transacionável, sujeito a métricas padronizadas e sistemas de certificação. Populações tradicionais tornam-se elegíveis para receber pagamentos apenas se cumprirem condições estabelecidas por contratos e programas que seguem lógicas externas e muitas vezes incompatíveis com suas formas de vida e organização territorial.

Além disso, o REDD+ é estruturado por uma série de dispositivos técnicos – como sistemas de monitoramento remoto, auditorias de carbono, planos de manejo e relatórios de verificação – que instauram uma nova gramática de governança ambiental. Essa gramática privilegia a eficiência, a mensurabilidade e o desempenho, subordinando práticas comunitárias a calendários, marcos regulatórios e instrumentos financeiros. A floresta deixa de ser apenas território e passa a ser uma infraestrutura produtiva inserida em uma cadeia de valor do carbono.

A promessa de justiça ambiental que o REDD+ carrega em seu discurso oficial entra em contradição com sua forma de implementação, marcada por assimetrias de poder, fragilidade nas salvaguardas socioambientais e ausência de participação efetiva dos povos e comunidades locais. O processo de consulta prévia, livre e informada é frequentemente substituído por mecanismos de “sensibilização” e de “capacitação técnica” que visam adaptar as comunidades aos marcos normativos do projeto, ao invés de adaptar o projeto às realidades locais. Assim, o REDD+ opera como mecanismo de pacificação territorial, não apenas no sentido físico, mas também simbólico e político, esvaziando disputas e consolidando formas de controle indireto.

A pobreza e a floresta tornam-se, portanto, variáveis de um mesmo cálculo de risco e retorno. A gestão da paisagem torna-se gestão do carbono, e a política climática, uma operação de engenharia institucional voltada à contenção dos efeitos mais visíveis da desigualdade, sem questionar suas causas. O REDD+ revela-se, nesse sentido, não como um instrumento de emancipação, mas como vetor de uma racionalidade de governo que combina administração da pobreza, gestão tecnocrática da natureza e manutenção das estruturas de dominação.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O REDD+ deve ser compreendido como parte de um regime político-econômico que articula a racionalidade neoliberal à governança ambiental, com implicações profundas para a forma como se representa e se administra tanto a natureza quanto a pobreza. Ao incorporar as lógicas da pobretologia e dos mínimos sociais, o mecanismo reduz sujeitos historicamente marginalizados a operadores de contratos ambientais, submetendo-os a condicionalidades externas e métricas de desempenho. A promessa de justiça ambiental se converte, assim, em performance técnica.

Esse processo de despolitização tem efeitos concretos: limita a autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais, esvazia demandas por reparação histórica e reorganiza o território com base em parâmetros de eficiência e controle. A floresta, em vez de espaço de vida, torna-se ativo financeiro; os sujeitos, em vez de protagonistas, tornam-se gestores subordinados de metas e indicadores.

Para que a política climática seja instrumento de justiça e não de contenção, é necessário romper com a lógica dos mínimos sociais e dos dispositivos de mercado. Isso exige retomar a centralidade dos direitos territoriais, da universalização dos bens públicos e da valorização dos saberes tradicionais, reconfigurando os marcos da política ambiental a partir das demandas dos sujeitos que habitam e defendem os territórios florestais. Somente uma política que articule redistribuição de poder, reconhecimento de identidades e participação efetiva poderá fazer frente à captura tecnocrática da justiça climática, abrindo espaço para formas emancipatórias de governança socioambiental.

REFERÊNCIAS

GFC – GLOBAL FOREST COALITION. **Who really benefits?:** how REDD+ fails forests and those who protect them. Utrecht: GFC, June 2024. Available at: <https://globalforestcoalition.org/who-really-benefits-how-redd-fails-forests/>. Access on July 7, 2025.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

UNFCCC – UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE.

A look at REDD+ on the International Day of Forests. Bonn: UNFCCC, March 21, 2023.

Available at: <https://unfccc.int/news/a-look-at-redd-on-the-international-day-of-forests/>.

Access on July 7, 2025.

Millennium Ecosystem Assessment. (2005). Ecosystems and human well-being: Synthesis. Washington, DC: Island Press.

Gómez-Baggethun, E., de Groot, R., Lomas, P. L., & Montes, C. (2010). The history of ecosystem services in economic theory and practice: From early notions to markets and payment schemes. *Ecological Economics*, 69(6), 1209–1218. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2009.11.007>

UNFCCC. (2015). Paris Agreement. FCCC/CP/2015/L. 9/Rev. 1.

https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf

UNFCCC. (2023, 21 de março). A Look at REDD+ on the International Day of Forests.

<https://unfccc.int/news/a-look-at-redd-on-the-international-day-of-forests>

Gómez-Baggethun, E., de Groot, R., Lomas, P. L., & Montes, C. (2010). The history of ecosystem services in economic theory and practice: From early notions to markets and payment schemes. *Ecological Economics*, 69(6), 1209–1218. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2009.11.007>

PEREIRA, J. M. M. The World Bank's 'assault on poverty' as a political question (1968–81). *Development and Change*, v. 51, n. 6, p. 1401–1428, 2020.

FONTES, V. Pobretologia e falsificação da ira popular. TV Boitempo, 4 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rRswefXBYj8>. Acesso em: 30 jun.2025.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

